

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**AVISO Nº 371/2020–PGJ-CAOCV, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020**

**Avisa aos Promotores de Justiça que atuam na área ambiental que adotem providências administrativas e/ou judiciais de natureza preventiva e repressiva para o combate aos incêndios florestais e queimadas e com atuação na esfera criminal, que envidem esforços para a responsabilização criminal. (EMENTA ELABORADA)**

O **Procurador-Geral de Justiça**, no uso de suas atribuições, a pedido do CAO Cível e de Tutela Coletiva - Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Secretaria-Executiva do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente – GAEMA, considerando o longo período de estiagem e seca que assola o Estado de São Paulo, propício para a ocorrência dos incêndios florestais e queimadas de grandes proporções, as quais geram impactos sociais e ambientais devastadores; e, considerando que a estiagem e a seca, por si sós, não são causas suficientes para a ocorrência dos incêndios florestais e queimadas, sem que haja, na maioria das vezes, uma ação antrópica culposa ou dolosa; **AVISA** aos Promotores de Justiça que atuam na área ambiental que adotem providências administrativas e/ou judiciais de natureza preventiva e repressiva para o combate aos incêndios florestais e queimadas, e para responsabilização de seus autores; e, aos Promotores de Justiça com atuação na esfera criminal, que envidem esforços para a responsabilização criminal dos autores dos incêndios florestais e das queimadas, especialmente nos moldes dos artigos 41 e 42, da [Lei nº 9.605/98](#) (Lei de Crimes Ambientais).

*Publicação em:* [Diário Oficial: Poder Executivo – Seção I, São Paulo, v.130, n.185, p.88, de 18 de Setembro de 2020](#)

*Republicação em:* [Diário Oficial: Poder Executivo – Seção I, São Paulo, v.130, n.191, p.43, de 26 Setembro de 2020](#)